

O REUNI EM FOCO: as diferentes versões dos diagnósticos realizados pelo MEC, Andes-SN e Comissão Mista¹

Clauzer Antonio Silveira de Toledo - UFGD²
Reinaldo dos Santos - UFGD³

RESUMO

O presente artigo apresenta o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, instituído pelo Decreto 6.096, de 24 de abril de 2007, em seus aspectos legais e suas diretrizes, tecendo uma análise sobre o que vem sendo discutido sobre os efeitos da expansão, nas versões elaboradas pelo MEC, Andes-SN e a Comissão Mista – constituída pelas Portarias nº 126, de 19 de julho de 2012 e nº 148, de 19 de setembro de 2012 do MEC. Elaboramos este trabalho com enfoque nos conceitos de esfera pública, na perspectiva de Habermas, e *accountability*, na tentativa de compreender como estão se desenvolvendo os diagnósticos sobre a expansão das universidades federais, por meio do programa REUNI e como os discursos sobre essa expansão estão sendo elaborados para a formação da opinião pública. O referencial metodológico abordado neste artigo é a pesquisa bibliográfica-documental. Foram estabelecidos três eixos de análise para nortear a abordagem das fontes: I) infraestrutura física; II) reestruturação acadêmica e III) expansão de vagas. Como resultados podemos apontar que as versões sobre o REUNI vão apresentar pontos de convergência e divergência, que foram explicitados no decorrer do texto, sendo que pudemos verificar praticamente um vazio de informações por parte do MEC, com dados apenas sobre o primeiro ano do REUNI; o posicionamento contrário ao REUNI pelo Andes-SN e a visão de sucesso do REUNI por parte da Comissão Mista. Além disso, cada uma das versões pesquisadas busca formar a opinião pública de maneira concomitante ao processo de *accountability*.

Palavras-chave: REUNI. MEC. Andes-SN. Comissão Mista. Esfera pública. *Accountability*.

ABSTRACT

This article aims to present the Support Program for Plans of Restructuring and Expansion of Federal Universities - REUNI, established by Decree 6,096, of April 24, 2007, in its legal aspects and guidelines, weaving an analysis of what has been discussed on the effects of expansion, in the versions prepared by MEC, Andes – SN and Joint Commission - set up by Ordinance No. 126 of July 19, 2012 and No. 148 of September 19, 2012 of MEC. We developed this article focused on the concepts of public sphere, in the perspective of Habermas, and accountability, in trying to understand how they are developing diagnostics on the expansion of federal universities through REUNI program and how the discourses on this expansion are preparing the formation of public opinion. The methodological framework discussed in this article is the bibliographic and documentary research. Three axes of analysis were established to guide the approach of the sources: I) physical infrastructure, II) academic restructuring, III) expansion slots. As a result we can state that the versions on REUNI will present points of convergence and divergence, that were indicated throughout the text, and we could see almost a void of information by the MEC, with data only on the first year of the REUNI; placement

¹ O presente artigo é resultado do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da Especialização em “Formação de Profissionais da Educação” ofertada pela Faculdade de Educação – FAED, da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, no segundo semestre de 2012 e será utilizado como instrumento de avaliação final do curso.

² Especializando em Formação de Profissionais da Educação FAED/UFGD, graduado em Psicologia pela UNESP. E-mail: clauzertoledo@yahoo.com.br.

³ Doutor em Sociologia pela UNESP, Mestre em História pela UNESP, graduado em História pela UNESP e Professor Adjunto IV da UFGD.

contrary to the REUNI by Andes - SN and the vision of success of the REUNI by the Joint Commission. In addition, each version searches search form public opinion to concurrently process accountability.

Keywords: REUNI. MEC. Andes-SN. Joint Commission. Public sphere. Accountability

Introdução

O Brasil está passando por um processo de expansão do ensino superior como um todo e, na esfera pública, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI – é um dos grandes motores desse processo, tendo em vista que “[...] contou com a adesão de todas as universidades federais brasileiras, que a partir das Diretrizes Gerais estabelecidas pelo ministério da Educação, elaboraram seus Planos Institucionais” (SILVA, 2011, p. 3).

O REUNI foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, e é considerado pelo MEC como ação integrante do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) de 2007. O Decreto que o estabelece apresenta oito artigos, nos quais são explicitados: a meta global; as diretrizes/objetivos; as formas de utilização de recursos financeiros; as exigências quanto às estratégias e etapas para a consecução dos objetivos; a forma de ingresso no plano e a forma de custeio.

Tal programa é inserido no bojo de esforços para que se alcance as metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (Lei 10.172/2001) – PNE, em que é estabelecido um percentual de 30% de inclusão de jovens de 18 a 24 anos na educação superior. O REUNI, nesse sentido, é a alternativa apresentada com relação às universidades federais para a ampliação do acesso previsto no PNE 2001-2011 (BRASIL, 2007, p.4).

O REUNI visa “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (BRASIL, 2007).

Para a realização deste objetivo, são formuladas as seguintes diretrizes:

I - redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;

II - ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;

III - revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;

IV - diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada;

V - ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e

VI - articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica (BRASIL, 2007).

Em conjunto com o exposto acima, como meta global, o REUNI pretende aumentar a taxa média de conclusão de cursos de graduação para 90% e ampliar para dezoito a relação aluno/professor.

Em complemento ao Decreto de instituição do REUNI, o MEC lançou, em agosto de 2007, o documento intitulado “Diretrizes Gerais”⁴. Neste documento o programa é apresentado de maneira mais ampla, seus objetivos, metas, indicadores de desempenho, orientações para a elaboração de planos de reestruturação, acompanhamento dos projetos e também um diagnóstico da Educação Superior no Brasil em que é destacada a importância da universidade pública, principalmente, no contexto da produção de conhecimento.

Para aderir ao REUNI,

[...] as universidades elaboram seus Planos de Reestruturação e Expansão (Planos Institucionais) de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo decreto, vinculando os repasses dos recursos financeiros às etapas estabelecidas nos Planos Institucionais com vistas ao alcance dos objetivos e metas do programa (SILVA, 2011, p. 3).

Além disso, a liberação de recursos acompanha o alcance das metas propostas. Os recursos são liberados de maneira gradual à medida que são atingidas as metas do programa (SILVA, 2011, p. 42).

Cada plano de reestruturação é elaborado para ter duração de cinco anos. A liberação de recursos “será condicionada à aprovação do plano e assinatura de termo de pactuação de metas correspondente” (BRASIL, 2007, p. 13).

Os indicadores para a verificação da efetivação das metas do REUNI são a taxa de conclusão média dos alunos (estipulada em 90%) e a relação de alunos de graduação por

⁴ Documento elaborado pelo Grupo Assessor nomeado pela Portaria nº 552 SESu/MEC, de 25 de junho de 2007.

professor (definida em 18 alunos por professor) (BRASIL, 2007, p.14).

Por se tratar de uma política pública ainda em andamento, sem consolidação de resultados (positivos ou negativos), faz-se necessário buscar o que se tem produzido sobre esse programa, com ênfase no seu andamento. Na literatura científica nos deparamos com diversos enfoques sobre essa política, ora como um grande programa que trará a democratização do acesso ao ensino superior brasileiro (PEREIRA; SILVA, 2010), ora como instrumento de intensificação do trabalho docente e precarização da universidade (LEDA; MANCIBO, 2009).

Buscamos apresentar as versões acerca do REUNI, principalmente com foco em diagnósticos por parte de agentes diretamente envolvidos com esta política, a saber: o Ministério da Educação (MEC), o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Educação Superior (Andes-SN) e a Comissão Mista constituída pelas portarias nº 126/2012 e 148/2012, do MEC.

Estabelemos um diálogo entre as posições dos agentes, explicitadas por seus relatórios e materiais a nós fornecidos⁵, no sentido de apresentar suas versões acerca do REUNI. Tais discursos, para nossa análise, toma o caráter de *accountability*, que podemos definir como:

[...] a ideia associada a interações entre representantes e representados na democracia representativa, nas quais os representados se informam, acompanham e fiscalizam as ações de seus representantes e os representantes informam, divulgam e prestam contas de suas ações aos seus representados (SANTOS, 2008, p.22).

Nesse sentido, buscamos encontrar o que se tem divulgado sobre o REUNI pela via oficial, cujo órgão responsável pela elaboração e gestão do referido programa é o MEC. Portanto, adotamos como versão oficial a apresentada por este órgão.

A *accountability* também foi enfocada no aspecto do Andes-SN, pois apesar de não ser um órgão governamental, com representantes eleitos pelo povo, podemos utilizar suas análises e pareceres sobre o REUNI como uma “contra-*accountability*”. Ou seja, um órgão diverso do oficial apresenta uma versão diferente acerca do mesmo assunto, no qual podemos estabelecer paralelos de análise.

Também acrescentamos à nossa discussão a versão apresentada pela Comissão Mista,

⁵ Utilizaremos para análise os materiais fornecidos pelo Andes-SN via Correios, que solicitamos no canal “fale conosco”, e os indicados pelo MEC, por meio de resposta ao pedido de informação, sob protocolo nº 12841614, registrado na Central de Atendimento do Ministério da Educação em 07/07/2013.

constituída pelas portarias nº126/2012 e nº148/2012, do MEC, como outra voz sobre o REUNI.

Em nossa hipótese inicial de investigação acerca das versões sobre o REUNI, partimos da visão de que o MEC tenderia a apresentar o programa enfocando os aspectos positivos, exitosos e impactantes. Já na versão do Andes-SN, supomos que o REUNI seria focado nos aspectos negativos, nas falhas e impactos prejudiciais principalmente aos docentes universitários. Com relação ao relatório elaborado pela Comissão Mista, nossa hipótese foi de que haveria um “caminho do meio” no qual seriam apontados os aspectos positivos e negativos do programa, tendo em vista a própria constituição dessa comissão, com membros do MEC, União Nacional dos Estudantes (UNE), Associação Nacional dos Pós-Graduandos (ANPG) e Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Educação Superior (Andifes).

As avaliações, diagnósticos e análises elaboradas pelos agentes acima citados serão tomadas como discursos e inseridos no âmbito da noção de esfera pública cunhada por Habermas (2003), como sendo o local onde a opinião pública é formada, pois apresentam versões, às vezes divergentes, sobre o mesmo tema e “onde se busca formar uma opinião pública, baseada no melhor argumento” (SANTOS, 2005, p. 70). As análises realizadas por esses diferentes agentes estão presentes no território da esfera pública, pois vão tencionar umas às outras, na tentativa de formar a opinião pública com base em seus discursos.

Habermas (2003) destaca que a esfera pública surge enquanto uma categoria da sociedade burguesa do séc. XVII e caracterizava-se, basicamente, pelo processo contínuo de discussão dos assuntos relevantes para as decisões sobre o andamento das questões que os interessavam, com o objetivo de se chegar a um consenso do melhor caminho a seguir. No decorrer do tempo essa categoria foi se ampliando e modificando. A esfera pública passou para o âmbito da política e, além disso, toma o caráter de publicitária. Essa transformação desloca o papel da esfera pública de local de discussão de questões políticas e toma o caráter de formadora de opinião. A formação da opinião pública vai partir de processos publicitários, no sentido praticamente comercial, em que se apresenta uma ideia (como produto) e a esfera pública é moldada de acordo com o interesse desejado.

Nesse sentido, a opinião pública torna-se opinião não-pública, pois deixa de ser formada pelo debate entre os cidadãos e passa a ser peça publicitária, que vai se traduzir em apresentação de dados, no caso do nosso trabalho, de acordo com o interesse do emissor, no

sentido de formar a opinião pública que atenda a seus interesses.

Nossa metodologia de pesquisa foi a bibliográfico-documental. Para Oliveira (2010), a pesquisa bibliográfica apresenta a vantagem de trabalhar com estudos científicos reconhecidos, utilizando como fontes livros, dicionários, artigos científicos, dentre outros. Nossa pesquisa também é considerada documental pelo fato de buscar “informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico, como relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, fotografias, entre outras matérias de divulgação (OLIVEIRA, 2010, p. 69).

Optamos por disponibilizar as versões sobre o REUNI tendo como parâmetro três eixos de análise que julgamos relevantes para a expansão das universidades federais, quais sejam: I) infraestrutura física; II) reestruturação acadêmica e III) expansão de vagas⁶. Juntamente a esses eixos, acrescentamos o que, principalmente os relatórios do MEC e a Comissão Mista, apresentam a título de introdução e conclusão. Com relação ao Andes-SN, tentamos apresentar um panorama geral das discussões realizadas nos documentos selecionados.

A seguir, apresentaremos as avaliações oficiais do MEC sobre o desenvolvimento do REUNI. Após a versão do MEC serão apresentadas as avaliações e análises do REUNI por parte do Andes-SN. Em seguida, os diagnósticos elaborados pela Comissão Mista. Finalizaremos com as considerações finais em que serão analisados os materiais obtidos.

O REUNI na versão do MEC

Para a seleção de fontes que contém a versão oficial do MEC sobre o REUNI, procedemos a uma solicitação por meio do canal “Fale Conosco” disponível no próprio *site* do Ministério⁷. Obtivemos a seguinte resposta:

esclarecemos que o interessado poderá ter acesso às informações do REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais por meio de acesso ao Portal do MEC, disponível no seguinte endereço: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12261&ativo=503&Itemid=502⁸.

⁶ Em um primeiro momento pretendíamos apresentar todo o conteúdo das fontes utilizadas, tornando-se um trabalho muito extenso que extrapolaria os limites de um artigo e, também, corríamos o risco de não conseguir terminar o trabalho no tempo exigido.

⁷ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php>. Acesso em: 07. set. 2013.

⁸ Resposta do MEC ao pedido de informação, sob protocolo nº 12841614, registrado na Central de Atendimento do Ministério da Educação em 07/07/2013.

Portanto, utilizaremos como fontes os textos disponíveis no endereço acima citado.

Ao abrirmos a página com informações sobre o REUNI, encontramos um pequeno texto de apresentação com informações básicas sobre o programa. Logo abaixo dos dois parágrafos de apresentação do programa pudemos verificar seis *links* que vão dar acesso a diferentes conteúdos: I) 8º Seminário REUNI, 27 a 29 de janeiro de 2010: Universidades Federais: Consolidação e Expansão – 2011 – 2020: Subsídios para o Plano Nacional de Educação; II) Acesse o Relatório do Primeiro ano do REUNI; III) Saiba mais sobre o REUNI; IV) Decreto nº 6.096/2007; V) VII Seminário Nacional do REUNI: A Universidade e suas relações com o meio externo e VI) Acesse aqui as apresentações do VI Seminário Nacional do REUNI: Autonomia Universitária (São Paulo/Fevereiro de 2009).

Pudemos verificar, de início, que somente havia um relatório sobre o andamento do programa elaborado pelo MEC, o Relatório do Primeiro Ano do REUNI.

Nos *links* sobre os seminários do REUNI verificamos que os materiais disponibilizados eram arquivos contendo os *slides* das apresentações de debatedores nos seminários realizados sobre o programa. Verificamos que desses seminários não houve a elaboração de um documento sistematizado sobre seus avanços ou não.

Ao acessar o *link* “saiba mais sobre o REUNI”, fomos direcionados ao *site* do programa⁹, onde verificamos que também não havia algo que se assemelhasse a um diagnóstico do andamento do programa. Apesar disso, encontramos no *link* “seminários” acesso às mesmas apresentações que estavam disponíveis no *site* do portal do MEC. Porém, com uma diferença: encontramos no VIII Seminário uma compilação das contribuições apresentadas naquele seminário. Nestas compilações observamos a apresentação de diretrizes, metas e indicadores com relação às universidades federais, mas, também não encontramos uma análise sistematizada do andamento do REUNI.

Como o único documento sistematizado de análise do REUNI encontrado no *site* do MEC é o referente ao primeiro ano do programa, apresentaremos os pontos relevantes para os objetivos do nosso trabalho, de acordo com a seleção proposta.

Inicialmente, na introdução, o Relatório do Primeiro Ano do REUNI apresenta o programa em seus objetivos e metas e defende que é necessário expandir a Educação Superior e o REUNI é colocado como a resposta do governo federal no âmbito público. O enfoque deste relatório está na apresentação de dados quantitativos baseados nas metas do REUNI

⁹ Disponível em: <http://reuni.mec.gov.br/>. Acesso em: 15. set. 2013.

para o período.

Antes da apresentação dos dados é afirmado que “[...] de maneira geral, houve cumprimento das metas propostas, com alguns casos de superação da previsão inicial estabelecida pelas universidades federais” (BRASIL, 2009, p. 4).

A seguir, serão enfocados os dados apresentados em relação às categorias de análise que estabelecemos anteriormente. No eixo infraestrutura física das universidades, por exemplo, com relação às obras, “A ampliação e readequação da infraestrutura física das universidades federais constitui um dos componentes para o alcance dos objetivos do Programa REUNI” (BRASIL, 2009, p. 9).

É destacado, deste modo, o esforço das universidades federais, no primeiro ano do programa, em elaborar seus projetos, pois do total de 327 obras registradas pelo MEC, apenas 20 estavam concluídas à época da elaboração do relatório. A grande maioria das obras estavam em estágio de elaboração de projeto ou em licitação. Uma expectativa com relação a essas obras é colocada, pois,

[...] espera-se, também, que com a maturação dos projetos em fase inicial do Programa REUNI em 2008, a quantidade de obras em execução e implementadas nas instituições federais de educação superior seja ampliada nos próximos exercícios (BRASIL, 2009, p. 9).

Sobre o eixo reestruturação acadêmica é salientado que

A preocupação com a qualidade da oferta, para além da ampliação do número de vagas na educação superior pública, leva o REUNI a atuar em outras cinco dimensões: reestruturação acadêmico-curricular; inovação pedagógica; mobilidade intra e inter institucional; compromisso social das universidades, e articulação entre graduação, pós-graduação e os demais níveis educacionais (BRASIL, 2009, p.13).

No período do primeiro ano do REUNI, Apresentaram projetos de inovação e reestruturação acadêmica 26 das 53 universidades federais que aderiram ao programa. Desse total, as propostas de inovação curricular foram organizadas em cinco categorias, vejamos:

- I) Formação em ciclos (geral, intermediário, profissional ou de pós graduação);
- II) Formação básica comum (ciclo básico ou por grandes áreas);
- III) Formação básica em uma ou mais das Grandes Áreas: Saúde, Humanidades, Engenharias e Licenciaturas;
- IV) Bacharelados Interdisciplinares em uma ou mais das Grandes Áreas: Ciências, Ciências Exatas, Ciência e Tecnologia, Artes, Humanidades,

Saúde;

V) Bacharelados com dois ou mais itinerários formativos (BRASIL, 2009, p.13).

É afirmado que as inovações são efetivadas não apenas com investimentos diretos do REUNI, mas também por meio de programas a ele associados. Nesse sentido, é citada a criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), pela Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, com o intuito de apoiar o novo contingente de estudantes que ingressarão nas universidades federais. Pois, “muitos deles oriundos de escolas públicas e em condições socioeconômicas desfavoráveis” (BRASIL, 2009, p.13).

Estão incluídos no PNAES “auxílio para alimentação, transporte, moradia, apoio pedagógico, inclusão digital, assistência a saúde, cultura, esportes e serviços de creche” (BRASIL, 2009, p. 13-14). Com essas ações, é destacado que serão reduzidas as taxas de evasão e repetência, com aumento de diplomados, por meio da redução de desigualdades para cursar as universidades federais.

Em relação ao eixo expansão de vagas é afirmado que a meta neste quesito foi atingida e superada, pois inicialmente era previsto um incremento de 10% nas matrículas, em relação ao ano de 2007, passando de 132.451 para 146.762. Porém, o resultado atingido foi de 147.277 vagas, 515 vagas a mais que o previsto. Observa-se em relação às vagas por período, que o crescimento se deu mais nas vagas diurnas que noturnas e com relação às metas, o crescimento de vagas no período diurno superou o pactuado, enquanto as vagas noturnas ficaram abaixo da meta.

Com relação às matrículas, aponta-se que o sucesso do programa não é medido apenas pelo crescimento de vagas, mas também pelo preenchimento delas. A meta neste quesito foi atingida e superada, inicialmente era previsto um incremento de 10% nas matrículas, em relação ao ano de 2007, que tinha 645.638 matrículas projetadas¹⁰. Ao final de 2008 foi alcançada a marca de 715.185 matrículas projetadas.

A título de conclusão, são levantados os aspectos positivos e negativos do andamento do REUNI. Enquanto aspectos positivos destacam-se que o programa está em plena execução; houve esforços por parte das universidades federais para ampliação do número de vagas; as

¹⁰ “A Matrícula Projetada em Cursos de Graduação Presenciais (MAT) é a projeção total de alunos matriculados na universidade, realizada com base no número de vagas de ingresso anuais de cada curso de graduação presencial, a sua duração mínima padrão e um fator de retenção estimado para cada área do conhecimento” (BRASIL, 2009, p. 6-7).

universidades puderam se reestruturar, ampliando instalações físicas e presença em regiões anteriormente não atendidas por universidades; a contratação de pessoal é fator determinante para a qualidade do ensino e manutenção das atividades. Como aspectos negativos destacam-se: dificuldade de contratação de docentes por problemas de ordem técnica ou por dificuldade de atrair candidatos; oferta de vagas remanejadas de 2008 para 2009; dificuldade de implantar cursos noturnos; atrasos em obras; readequação de projetos institucionais.

Ao final do documento, é lançado o desafio para o próximo ano (2009) de elaborar uma avaliação do andamento do programa, em aspectos qualitativos, referente aos programas e projetos das universidades.

O REUNI na versão do Andes-SN

Para conhecer a versão oficial do Andes-SN sobre o REUNI, procedemos de igual modo ao realizado com o MEC. Entramos em contato, via *e-mail* no canal “Fale Conosco” no *site* do Andes-SN¹¹. Recebemos, via postal, três periódicos: a revista Universidade e Sociedade nº 48, de julho de 2011; o Cadernos Andes nº 2, 4ª edição atualizada e revisada, de 2013 e o Dossiê Nacional 3 – publicação especial do Andes-SN, de abril de 2013.

A partir das fontes selecionadas, iniciamos uma leitura exaustiva afim de encontrar dados referentes ao nosso tema de pesquisa. Ao final da leitura excluimos o Cadernos Andes nº 2 de nossa análise, pois neste material é apresentada a proposta do Andes-SN para a universidade brasileira, ou seja, como a mesma deve se estruturar e se organizar. A única menção ao REUNI feita neste periódico está no prólogo e afirma que o REUNI é uma “expansão quantitativa sem qualidade e condições necessárias para o ensino, pesquisa e extensão” (ANDES, 2013a, p.10).

A revista Universidade e Sociedade nº 48 apresenta 17 (dezessete) textos. Dentre os quais, diversos artigos de autores variados. Foram selecionados 2 (dois) artigos que, de alguma forma, tratam do REUNI. Observamos que, os apontamentos relativos ao REUNI serão tomados como versão do Andes-SN sobre este programa de expansão, tendo em vista que esta revista foi um dos materiais a nós enviado pelo próprio órgão.

Já na revista Dossiê Nacional 3 (2013), o REUNI é abordado na publicação como um todo. Este periódico é formatado mais como uma publicação do Andes-SN sobre o programa,

¹¹ Disponível em: <http://www.andes.org.br/andes/portal.andes>. Acesso em: 07. jul. 2013.

apesar de ter algumas matérias assinadas por professores de universidades federais ou jornalistas.

Com relação ao eixo infraestrutura física, verificamos que é apontado que muitas obras estão atrasadas e que há falta de estrutura física para os alunos e professores das universidades, visto que houve uma expansão de vagas de maneira rápida. E a construção de instalações físicas não teve o mesmo ritmo, gerando situações em que alunos têm que assistir aulas em prédios improvisados, cedidos por prefeituras ou são colocados mais alunos em uma sala de aula do que a capacidade inicial.

Além do mais, muitos dos novos cursos, particularmente da chamada interiorização, foram instalados em salas de aula cedidas de antigos colégios, sem infraestrutura para pesquisa, quando não, em rústicos containers (sic), totalmente impróprios e cujo aluguel é altíssimo, como é o exemplo de Rio das Ostras (ANDES, 2013b, p. 63).

Também é colocado que muitas construções não se conjugam com a qualidade requerida para o ensino superior, pois foram construídas salas de aula para um número muito grande de alunos e laboratórios de demonstração e não de pesquisa (ANDES, 2013b, p.63).

São apontados diversos erros em construções, que chegam a impedir que prédios possam ser utilizados para os devidos fins, como prédios sem rede de esgoto, salas sem tomadas de energia, ou muito pequenas, falta de ventilação e de projetos de acessibilidade.

Algumas situações contribuem para que as universidades não consigam executar seus orçamentos, sendo obrigadas a repactuarem os recursos,

[...] dentre os quais podemos elencar: liberação tardia do recurso (final do exercício financeiro) e limitação gerencial das universidades, que repercutem no adequado planejamento, gestão e execução de obras e serviços; imposições legais, particularmente a Lei de Licitações, que impõe prazos e procedimentos administrativos que acabam por prolongar o processo de contratação para a execução de obras (CHAVES; ARAÚJO, 2011, p. 68).

Sobre o eixo reestruturação acadêmica pudemos observar que a criação de ciclos básicos de formação, nos quais alunos de diversos cursos assistem aulas em conjunto em turmas que chegam a ter até 80 alunos “[...] e é justamente esse modelo de pedagógico um dos principais inconvenientes do programa e que tem provocado problemas graves” (ANDES, 2013b, p. 91).

É afirmado que a reestruturação proposta pelo REUNI para as universidades públicas

[...] coloca em questão a sua própria identidade e preservação da sua tradição, uma vez que o ensino de graduação é privilegiado. Este, por sua vez, deve se revestir de flexibilidade e racionalidade no acesso, na organização curricular e na adoção de metodologias de ensino inovadoras (CHAVES; ARAÚJO, 2011, p. 65).

A criação de bacharelados interdisciplinares representa, para o Andes-SN, “a indução ao rebaixamento dos padrões curriculares” (ANDES, 2013b, p. 63).

A implementação de novos cursos e *campi* provocou abalos em cursos que estavam bem estruturados com professores, departamentos, laboratórios e linhas de pesquisa. Esses novos cursos sofrem com insuficiência de professores e técnico-administrativos e aqueles cursos que tinham estrutura foram “espremidos” para atenderem às necessidades dos novos cursos. Além disso, a dissolução de departamentos é encarada como fator que desprotege o professor, colocando-o em situações de grande pressão e assédio moral para assumir mais turmas, extrapolando a área a que prestaram concurso (ANDES, 2013b, p.63).

A revisão de paradigmas curriculares “em direção a cursos de formação aligeirada, aparece até como uma solução para resolver o dilema dos cursos criados sem o necessário quadro de professores” (ANDES, 2013b, p. 63).

Sobre o eixo expansão de vagas, observamos que o aumento do número de vagas e matrículas nas universidades federais não teve aumento proporcional de verbas, o que impactará negativamente na comunidade universitária e na qualidade do ensino superior (GUIMARÃES; MONTE; SANTIAGO, 2011, p.26 e 29; CHAVES; ARAÚJO, 2011, p.74).

Cabe destacar que o aumento no número de vagas também não acompanhou o crescimento de contratação de professores, pois houve expressivo aumento do número de vagas, “mas não se pode afirmar o mesmo quanto à qualidade de ensino, às condições de trabalho do corpo docente e à infraestrutura necessária para garantir o processo de expansão” (ANDES, 2013b, p. 85.)

Outro problema apontado pelo Andes-SN foi que a expansão ao ser realizada via contrato de gestão obrigou as universidades a terem metas em relação a diversos fatores, dentre os quais o aumento de matrículas, que teriam contrapartida financeira somente ao atenderem às metas propostas, demonstrando que

Essa condição levou várias universidades a aumentar muito as vagas para alunos nem sempre recebendo a contrapartida, seja no número de vagas de docentes, ou seja, em infraestrutura piorando em muito as condições de

trabalho de docentes, discentes e técnico administrativos (ANDES, 2013b, p. 21)

A expansão de vagas é caracterizada como um inchaço e massificação nas universidades públicas, pois não há verba nem funcionários docentes e técnicos suficientes para proporcionar uma formação de qualidade ao número crescente de novos estudantes que ingressam no ensino superior público, gerando como resultados

[...] o aprofundamento da estratificação entre e intra instituições, marcada pela precarização improvisação e quebra forçada do padrão unitário de qualidade da educação superior, na margem dos diploma-espantalho agora com o carimbo de universidades públicas federais (ANDES, 2013b, p. 72).

De maneira geral, o Andes-SN se coloca em oposição à política de expansão das universidades federais, notadamente o REUNI, pois vê nessa política um aprofundamento de uma série de problemas históricos das universidades, bem como, a criação de novos problemas para a universidade e para os docentes.

Nesse sentido,

O programa de expansão, na avaliação do Andes-SN é resultado de um desvio de direcionamento e de uma sucessão de equívocos. O mapa do REUNI traduz-se para os docentes como um roteiro de problemas, precarizações, rebaixamento da qualidade de ensino e instrumento de desqualificação e repassa ao aluno a ideia de que, com o diploma universitário, ele terá um emprego e não uma formação cidadã, profissional e humana (ANDES, 2013b, p. 66).

O REUNI na versão da Comissão Mista

A versão sobre o REUNI elaborada pela Comissão Mista está contida em documento elaborado para a avaliação do processo de expansão das universidades federais, intitulado “Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012”¹², de 2012.

Essa comissão foi constituída de forma paritária por dois membros do MEC, da UNE, da ANPG e da Andifes e teve um prazo de seis meses para conclusão dos trabalhos. O documento resultante desse trabalho está dividido em três partes: I) A expansão do sistema federal de educação superior no período de 2003 a 2012; II) Análise e avaliação da Expansão e III) Proposições.

¹² Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=12386&Itemid=. Acesso em: 07. set. 2013.

Com este documento,

A comissão espera que os resultados dos trabalhos expressos neste relatório não só contribuam para uma visão mais ampliada do processo de expansão, no contexto das políticas públicas para o ensino superior no país, como também apontem referências para um novo processo de expansão das universidades federais brasileiras qualitativamente referenciadas (BRASIL, 2012, p. 7).

O referido documento foi elaborado levando-se em conta aspectos quantitativos e qualitativos (BRASIL, 2012).

Na primeira parte do relatório é feita uma contextualização do processo de expansão das universidades federais, destacando o papel do REUNI nesse processo. Evidenciam-se os aspectos de interiorização e reestruturação das universidades, com destaque para o processo de integração regional e internacional com a criação de universidades voltadas para essas características.

Na segunda parte do relatório é apresentada uma análise de depoimentos colhidos com Reitores de universidades federais, representados pela Andifes, e com alunos de graduação e pós-graduação, representados pela UNE e ANPG, respectivamente. Antes de iniciar a análise desses depoimentos é apontado que os dados apresentados na primeira parte do relatório comprovam o êxito dos programas de expansão. Acrescenta-se a isso a afirmação de que os depoimentos também avaliaram como exitoso o processo de expansão das universidades federais.

A terceira parte do relatório da Comissão Mista apresenta suas proposições a respeito do processo de expansão das universidades federais. É destacado que o processo de expansão contribuiu para o fortalecimento da vocação das universidades, no sentido de espaço de produção de conhecimento e do compromisso de desenvolvimento humano e social. Também, é ressaltado que o processo de expansão deve ser contínuo até serem alcançadas as metas do PNE (2001-2011) para a Educação Superior. Juntamente a isto, são apresentadas diretrizes para um

[...] novo programa de consolidação e expansão das universidades federais, possibilitando que as universidades, dentro do seu tempo e com o envolvimento da comunidade interna e externa, planejem e elaborem de forma adequada seus projetos (BRASIL, 2012, p. 35-36).

Com relação ao eixo infraestrutura física, destaca-se que foram concluídas 1.588 obras,

entre 2003 e 2012, totalizando 3.065.734,17m². Esses dados referem-se a obras de vários tipos, que vão desde bibliotecas a obras de infraestrutura. Outro ponto destacado é que ainda haviam obras para serem concluídas que não foram contabilizadas no relatório.

Na análise dos depoimentos colhidos com dirigentes das IFES, observa-se que a maioria dos dirigentes afirmaram que o REUNI atendeu as expectativas da comunidade, apesar de apresentarem ressalvas quanto a “necessidade de haver um processo de recuperação e melhoria da infraestrutura das universidades” (BRASIL, 2012, p.28).

Afirma-se que houve um longo processo de escassez de investimentos nas universidades federais em termos de infraestrutura de pessoal e física, acrescentando o êxito do REUNI ao se comparar cursos e universidades que receberam os recursos do programa e a universidade como estava estruturada, anteriormente ao processo de expansão.

“Houve manifestações sobre a necessidade de um planejamento criterioso e qualitativo em termos de elaboração de propostas das IFES” (BRASIL, 2012, p.31), o que se reflete em vários âmbitos, desde a definição de locais para implantar campus e cursos, até a infraestrutura de serviços para os estudantes e docentes.

Apontou-se, ainda, a necessidade de escolha apropriada de municípios para implantar novos cursos, o que garante atendimento a maior número de estudantes e melhor infraestrutura, pois possibilita a uma maior rede de empresas participarem de licitações, o que evitaria atraso em obras, por exemplo, e prestação de serviços futuros.

Afirmou-se que é necessário otimizar recursos de infraestrutura, docentes e técnicos-administrativos, no sentido de se criar campus por áreas de conhecimento ou consolidar as existentes, com foco na criação de grupos de pesquisa em pós-graduação, acrescentando que é preciso que a ampliação do número de cursos de pós-graduação *stricto sensu* seja acompanhada de infraestrutura física e contratação de servidores técnico administrativos.

Nos depoimentos dos dirigentes das IFES foi observado que as fases de planejamento e execução de obras trouxeram muitos problemas às universidades, pois muitas não ficaram prontas no prazo para receber novos estudantes e cursos. Os atrasos nas obras ocorreram “pelos motivos de entraves licitatórios, contratos cancelados, atraso nas emissões de licenças ambientais, ou pelo aquecimento do mercado da construção civil” (BRASIL, 2012, p.33).

Acrescenta-se que

[...] é importante que ocorra a liberação dos recursos orçamentários com

tempo hábil para a edificação, assim como também é importante que as universidades tenham uma carteira de projetos executivos que permita a celeridade do processo de expansão contido em seus Planos de Desenvolvimento Institucional - PDI (BRASIL, 2012, p.33)

Destaca-se, ainda, o número reduzido de servidores especializados que podem responder à grande quantidade de obras do REUNI, “em termos de concepção, desenvolvimento e execução de projetos arquitetônicos e executivos, bem como para o acompanhamento e finalização de obras” (BRASIL, 2012, p. 33)

Sobre o eixo reestruturação acadêmica é evidenciado no relatório que um dos objetivos do REUNI era a reestruturação das IFES nos aspectos didático-pedagógicos e de gestão. Afirma-se que houve estímulo para a mudança de paradigmas por conta de novos arranjos curriculares e implantação dos Bacharelados Interdisciplinares, em 15 universidades. Houve, de acordo com mais de 80% dos reitores, revisão da estrutura acadêmica e criação de programas voltados para o êxito dos estudantes.

Os reflexos na mudança de gestão foram menos expressivos “[...] proporcionados pelo aumento dos servidores técnicos e pela melhoria da ambiência física para o trabalho” (BRASIL, 2012, p. 29).

Sobre o eixo expansão de vagas, observamos o crescimento de 111% no número de vagas, no período de 2003-2011, passando de 109.184 para 231.530 vagas. Entre os anos de 2003 a 2007, o crescimento de vagas foi pouco maior que 30.000 vagas. Já no período de 2008 a 2011, o crescimento de ofertas de vagas foi mais rápido, alcançando mais de 80.000.

O total de matrículas nos diferentes cursos (graduação, pós-graduação e graduação à distância) quase duplicou, passando de 596.219, em 2003, para 1.029.141 em 2011. As matrículas nas graduações à distancia tiveram uma variação de, aproximadamente, 520% , passando de 16.500 (2003) para 87.241 (2011). Já na pós-graduação a variação ficou em torno de 90%, de 52.000 matrículas em 2003, para 99.294 matrículas em 2011. Com relação à graduação presencial, houve aumento aproximado de 60% no número de matrículas, passando de 527.719 (2003) para 842.606 (2011). Após a apresentação desses dados, é ressaltado que

Levando-se em conta as metas do PNE (2001-2010), observa-se claramente um grande esforço do governo federal e das universidades federais no que se refere ao alcance das metas estabelecidas, com a previsão de ampliação da oferta de vagas no ensino superior para alcançar 30% dos jovens de 18 a 24 anos até o final da década (BRASIL, 2012, p. 13).

Ainda sobre a expansão de vagas, no relatório afirma-se que o programa possibilitou o crescimento da democratização do acesso, devido à ampliação de mais de 100% de vagas para a graduação presencial (BRASIL, 2012, p.27).

A título de conclusão do relatório, afirma-se que o processo de expansão que se deu no Brasil desde 2003, “[...] foi, sem dúvida alguma, uma das mais importantes políticas do governo federal para o país” (BRASIL, 2012, p. 38). Nesse contexto, o REUNI proporcionou uma nova realidade para a educação superior do país, “principalmente pela implantação de novas universidades, novos campus universitários e aumento do número de matrículas” (BRASIL, 2012, p. 38).

A Comissão Mista afirmou que as metas e compromissos com relação à expansão das universidades federais foram alcançados pelo MEC e acrescentou que

[...] a continuidade do processo de expansão deve estar fortemente alicerçada em referências que garantam a qualidade das ações de ensino, pesquisa e extensão das universidades federais brasileiras para que todas se constituam em instituições protagonistas do desenvolvimento do país (BRASIL, 2012, p. 38-39).

Enfatiza-se a necessidade de ampliação de recursos para a assistência estudantil, considerando os alunos já inseridos no sistema e aqueles que vão entrar, por conta de novos programas de expansão. Por fim, a Comissão Mista destaca que é preciso um novo ciclo de expansão, baseado na consolidação do REUNI, por meio da “recuperação do passivo histórico das IFES” e “nova expansão, alicerçada em princípios e diretrizes que contribuam fortemente para a qualidade das ações das IFES e para o processo de desenvolvimento do país” (BRASIL, 2012, p.39).

Discussão dos Resultados

De maneira geral, pudemos verificar que o REUNI entre as três perspectivas pesquisadas vão apresentar pontos de proximidade e divergência, mas o mais importante, em nossa visão, e em conexão com o conceito de esfera pública é que fica claro o posicionamento de cada um dos envolvidos diante do processo de expansão das universidades federais.

Podemos destacar a falta de clareza de informações por parte do MEC, numa tentativa,

talvez, de deixar um campo vazio de dados oficiais, aguardando o momento certo para a exposição dos resultados, o período de eleições representativas, o que não permitiria um longo tempo para discussão dos impactos do REUNI e formação de uma opinião pública não publicitária, tendo em vista que os únicos dados oficiais são do primeiro ano do programa.

O Andes-SN se posiciona claramente contra o processo de expansão empreendido pelo REUNI e seu posicionamento toma o caráter de denúncia, pois vê na expansão, como vem ocorrendo, um processo de precarização do trabalho docente e rebaixamento da qualidade das universidades federais.

Já a Comissão Mista posiciona-se favorável ao modo como a expansão das universidades federais ocorreu, apontando, principalmente com o recurso de dados quantitativos, o sucesso do REUNI. As críticas e sugestões de melhoria ao programa são apresentadas no sentido de aprimorar um próximo programa de expansão, para que não ocorram novamente as falhas levantadas. O relatório da Comissão Mista apresenta maior riqueza de dados quantitativos e qualitativos em comparação às outras perspectivas.

Em relação às três categorias de análise por nós elencadas, podemos destacar que no eixo infraestrutura física os dados do MEC são escassos e enfocam que, no primeiro ano do REUNI, muitas obras estavam em fase de elaboração de projeto ou licitação. É apontado, na conclusão do “Relatório do Primeiro ano do REUNI”, que uma das dificuldades encontradas para a implantação do programa de expansão foi o atraso nas obras e a readequação dos projetos institucionais das universidades.

Por outro lado, o Andes-SN afirmou que as obras de infraestrutura não tiveram o mesmo ritmo da expansão de vagas, o que impactou negativamente para os professores e alunos que, em muitos casos, têm que frequentar aulas em locais improvisados. Outro aspecto apontado pelo Andes-SN é que muitas obras foram mal planejadas e executadas, impedindo o seu uso, às vezes por conta de falhas grosseiras como falta de esgoto e instalações elétricas. Além disso, são apontados como problemas para a expansão física das universidades a liberação tardia de verbas, os limites de gestão que as universidades têm sobre as obras e a Lei de Licitações, que alonga prazos e atrasa as obras.

A Comissão Mista, por sua vez, apresentou dados quantitativos sobre as obras realizadas e ressaltou que, de acordo com os reitores entrevistados, o REUNI cumpriu com as expectativas, apesar de informar que há necessidade de recuperar o passivo histórico de falta de investimentos em infraestrutura. O atraso nas obras foi justificado por problemas nas

licitações, cancelamento de contratos, atrasos em licenças ambientais ou aquecimento da construção civil. Como solução para a questão dos atrasos foi apontada a necessidade das universidades terem uma carteira de projetos executivos para permitir maior rapidez no processo, além da liberação de verbas com maior agilidade. Um dado relevante apresentado pela Comissão é que há necessidade de melhor planejamento sobre os locais que receberão novos *campi* para que se tenha melhor infraestrutura.

Sobre o eixo reestruturação acadêmica podemos destacar que trata-se de um eixo de difícil quantificação, os dados levantados demonstram mais a posição dos agentes sobre a reestruturação acadêmica do que os resultados das reestruturações.

O MEC informou que 26 das 53 universidades que aderiram ao REUNI apresentaram projetos de inovação acadêmica. Um dado relevante foi que o MEC colocou o PNAES como parte do eixo de reestruturação acadêmica. Mas este programa tem a finalidade de apoiar estudantes que ingressaram na universidade federal e necessitam de auxílio para permanecer na universidade, tendo em vista a condição econômica desses novos ingressantes.

O Andes-SN destacou que a reestruturação promovida pelo REUNI contribuiu para o enfraquecimento da qualidade do ensino. Outro aspecto relevante é que a reestruturação promove um deslocamento da universidade para focar no ensino de graduação, diminuindo o peso da pesquisa e da extensão, mudando a característica das universidades, passando de local de produção de conhecimento e pesquisa para a chamada universidade de ensino. A reestruturação por meio de criação de novos *campi* e cursos, juntamente com a extinção de departamentos provocou abalos na relação de trabalho dos professores, aumentando a carga de trabalho. A revisão de currículos no sentido de uma formação mais rápida foi destacada como a solução que o MEC encontrou para suprir a carência de professores.

A Comissão Mista apontou que o REUNI estimulou a reestruturação das universidades federais e que houve implantação de bacharelados interdisciplinares em 15 universidades. Foi destacado também que 80% dos reitores entrevistados afirmaram que houve revisão da estrutura acadêmica.

Sobre o eixo expansão de vagas o MEC apresentou os dados do primeiro ano do REUNI informando que as metas de expansão de vagas foram atingidas e superadas. Por outro lado, o Andes-SN tratou da expansão de vagas enfocando que não houve aumento de verbas e de docentes para as universidades na mesma proporção, fato que afeta a qualidade do ensino e de condições de trabalho dos docentes. Já a Comissão Mista enfatizou, por meio de

dados quantitativos, o significativo aumento de vagas nas universidades federais, caracterizando esse processo como um grande passo na democratização do acesso às universidades e conectando esse resultado às metas do PNE 2001-2011 para o ensino superior.

Considerações Finais

Buscamos com este trabalho traçar alguns apontamentos sobre uma política de grande impacto nacional, o REUNI, que por ser recente e ainda não ter se consolidado caracteriza-se como aberta e, portanto, de difícil análise, principalmente com relação aos objetivos que nos propusemos, o de tentar captar como estão se produzindo os discursos sobre o REUNI nos processos de *accountability*, no sentido de formar a opinião pública, evidenciando-se que os emissores desses discursos buscam que o leitor forme sua opinião em consonância aos seus objetivos.

Esperamos ter contribuído, ainda que de maneira incipiente, para a complexificação do olhar sobre os resultados do REUNI, apresentando mais de uma versão sobre o nosso objeto de estudo, no sentido de permitir ao leitor uma leitura em um único texto de três versões sobre o tema.

Fica o desafio para os leitores de acompanhar continuamente este processo de expansão e formar a sua própria opinião sobre essa política, tendo em vista que pudemos encontrar discursos, às vezes, opostos sobre o REUNI, mas que contribuem para a ampliação do espectro de análise do estudante, do pesquisador e, principalmente, do cidadão que acompanha as políticas públicas brasileiras.

Referências

ANDES. *Cadernos Andes*: Proposta do Andes-SN para a universidade brasileira. n. 2. 4. ed. Atualizada e revisada. Brasília. Jan.2013a.

ANDES. *Dossiê Nacional 3*: publicação especial do ANDES-SN. s/l. abr.2013b.

BRASIL. *Decreto n° 6.096*, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007_2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 05 maio. 2013.

BRASIL. *Análise sobre a expansão das universidades federais 2003-2012*. Relatório da comissão constituída pela Portaria nº126/2012. Brasília. 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=12386&Itemid=. Acesso em: 07 set. 2013.

BRASIL. *REUNI: Diretrizes Gerais*, 2007. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesREUNI.pdf>. Acesso em: 15 set. 2013.

BRASIL. *REUNI 2008: Relatório de Primeiro ano*. 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12261&ativo=503&Itemid=502. Acesso em: 15 set. 2013.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; ARAÚJO, Rhoberta Santana de. Política de expansão das universidades federais via contrato de gestão – uma análise da implantação do REUNI na Universidade Federal do Pará. *Universidade e Sociedade*. Brasília, ano XXI, nº48, p. 64-75. jul. 2011.

CUNHA, Luiz Antonio. O desenvolvimento meandroso da educação brasileira entre o Estado e o mercado. *Educação & Sociedade*. Campinas, v. 28, n. 100, p. 809–829. out. 2007.

GUIMARÃES, André Rodrigues; MONTE, Emerson Duarte; SANTIAGO, Salomão Nunes. Expansão e financiamento da educação superior pública brasileira: perspectivas para o novo PNE (2011-2020). *Universidade e Sociedade*. Brasília, ano XXI, nº 48, p. 21-31, jul. 2011.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança Estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. 2.ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

LÉDA, Denise Bessa; MANCEBO, Deise. REUNI: Heteronomia, Precarização da Universidade e do Trabalho Docente. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 34, p. 49–64. jan./abr. 2009.

OLIVEIRA, Maria Marly de. *Como fazer pesquisa qualitativa*. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

PEREIRA, Thiago Ingrassia; SILVA, Luís Fernando Santos Corrêa da. As políticas públicas do ensino superior no governo Lula: expansão ou democratização. *Revista Debates*, Porto Alegre, v.4, n.2, p. 10-31. jul.-dez. 2010.

SANTOS, Maria de Lourdes dos. *TV Legislativa: TV Câmara de Ribeirão Preto e accountability*. 2008. 190f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Ciências e Letras, Câmpus de Araraquara – UNESP, Araraquara/SP, 2008.

SANTOS, Reinaldo dos. *Mídia, Democracia e Coronelismo Eletrônico: homens de mídia e política eleitoral em Ribeirão Preto*. 2005. 251f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Ciências e Letras, Câmpus de Araraquara – UNESP, Araraquara/SP, 2005.

SILVA, Ana Maria. *Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: O REUNI em Mato Grosso do Sul*. 2011.144f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação – UFGD, Dourados/ MS, 2011.